

Bruxelas, 25 de novembro de 2024
(OR. en)

16124/24

JEUN 281
SOC 863
EMPL 588
AGRI 829
SUSTDEV 127
EDUC 441

RESULTADOS DOS TRABALHOS

de: Secretariado-Geral do Conselho

para: Delegações

Assunto: Conclusões do Conselho e dos representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho, sobre a criação de oportunidades «glociais» para os jovens que vivem em zonas rurais e remotas

Junto se enviam, à atenção das delegações, as Conclusões do Conselho em epígrafe, aprovadas pelo Conselho (Educação, Juventude, Cultura e Desporto) na sua reunião realizada a 25-26 de novembro de 2024.

Conclusões do Conselho e dos representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho, sobre a criação de oportunidades «glocais» para os jovens que vivem em zonas rurais e remotas

O CONSELHO E OS REPRESENTANTES DOS GOVERNOS DOS ESTADOS-MEMBROS,
REUNIDOS NO CONSELHO,

RECONHECENDO O SEGUINTE:

1. As comunidades rurais desempenham um papel essencial na promoção da visão da União Europeia e constituem um elemento essencial da identidade da União. Tal como referido pela Comissão Europeia na visão a longo prazo para as zonas rurais da UE¹, «as zonas rurais formam o tecido da nossa sociedade e são o coração da nossa economia» e, como tal, exigem uma atenção acrescida. A diversidade da paisagem, da cultura e do património é uma das características que mais bem definem as zonas rurais e remotas da Europa e uma das mais notáveis. Viver nestas zonas pode oferecer inúmeros benefícios, incluindo uma melhor qualidade de vida, a fruição da natureza e da biodiversidade, uma poluição reduzida, a possível diminuição das despesas de subsistência, um ambiente mais seguro² e comunidades mais fortes.

¹ Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE – Para zonas rurais mais fortes, interligadas, resilientes e prósperas, até 2040 (COM/2021/345 final).

² Estatísticas em linha do Eurostat: Urban-rural Europe – quality of life in rural areas 2022 [Europa urbana e rural – a qualidade de vida nas zonas rurais, 2022].

2. Até 2040, a União Europeia (UE) pretende que as comunidades rurais sejam mais fortes, interligadas, resilientes e prósperas³. Não obstante os esforços em curso, existem disparidades significativas entre as zonas rurais e urbanas, apesar de 137 milhões de pessoas, cerca de um terço da população da UE, residirem em zonas rurais⁴. Embora as comunidades rurais sejam essenciais para o desenvolvimento sustentável e a coesão económica e social, são também frequentemente afetadas pelo despovoamento, em especial entre os jovens. Consequentemente, uma percentagem substancial da população que vive nas zonas rurais e remotas da UE enfrenta desafios socioeconómicos.
3. As vantagens de viver em zonas rurais e remotas podem ser suplantadas pelos desafios, entre os quais menos oportunidades de emprego, infraestruturas mais fracas (em matéria de energia, transportes, mobilidade e informação), acesso e disponibilidade reduzidos em matéria de educação e formação de qualidade a todos os níveis, incluindo educação e acolhimento na primeira infância, serviços sociais, cuidados de saúde ou atividades desportivas, culturais e de lazer. Consequentemente, muitas pessoas, na maioria das vezes jovens, podem optar por deixar as zonas rurais e remotas em busca de melhores oportunidades. Tal pode dar azo a alterações importantes das estruturas demográficas em zonas geográficas específicas⁵.
4. Embora as oportunidades dos jovens sejam definidas pelas suas realidades locais, as tendências a nível mundial, como as alterações climáticas, a digitalização, os problemas de saúde mental, as oportunidades de emprego e educação, as desigualdades económicas e outras, têm um efeito cada vez mais importante nas suas vidas. No que respeita aos jovens das zonas rurais, as oportunidades «glocais⁶» têm potencial para colmatar o fosso entre o meio em que esses jovens vivem e a perspetiva mundial mais ampla, adaptando as estratégias e as soluções às suas necessidades e às condições locais⁷.

³ Conclusões sobre «Uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE» (15631/23).

⁴ «As zonas rurais representam 83 % do território da UE. As zonas rurais ocupam 341 milhões de hectares, o que representa 83 % da superfície terrestre total da UE. Mais de metade dessa superfície ocupada por zonas rurais é remota, o que significa que está situada longe das cidades. No seu conjunto, as cidades, vilas e subúrbios representam 17 % da superfície terrestre da UE (70,3 milhões de hectares).» Comunicação sobre «Uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE». Documento de trabalho dos serviços da Comissão (1.ª parte).

⁵ Serviço das Publicações da União Europeia: Eurostat Regional Yearbook – 2023 Edition [Anuário Regional do Eurostat – Edição de 2023], 2023.

⁶ O termo «glocal» é definido de forma mais pormenorizada no anexo I do anexo.

⁷ Comunicação sobre «Uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE».

5. O conceito de «ruralidade» não é uniforme, nem abrange ambientes ou circunstâncias uniformes⁸. As zonas rurais e remotas acolhem comunidades diversas e dinâmicas de jovens, com necessidades e desafios variáveis. Esta diversidade exige respostas e soluções adaptadas às necessidades regionais e locais que tenham em conta as necessidades e os recursos únicos de cada zona. Neste contexto, deverão ser tidas em conta as especificidades das regiões ultraperiféricas, pois muitas vezes a sua insularidade e isolamento tendem a aumentar o fosso entre as zonas urbanas e as zonas rurais. É igualmente essencial garantir o tratamento equitativo e a plena participação dos jovens, tanto nos ambientes rurais como nos ambientes urbanos, bem como compreender as diferenças e reduzir o fosso entre zonas rurais e urbanas, caso exista, nomeadamente através do reforço das ligações entre as zonas rurais e urbanas em todos os Estados-Membros.
6. Embora seja atribuída uma ênfase diversificada e abrangente aos jovens na União Europeia, há a perceção de que a maioria das políticas direcionadas para os jovens não atribui ênfase suficiente aos aspetos rurais e de que as políticas rurais podem não dar resposta às necessidades e circunstâncias específicas dos jovens que vivem nas zonas rurais, remotas, periféricas, menos desenvolvidas e nas regiões ultraperiféricas⁹¹⁰.

⁸ Commission staff working document executive summary of the evaluation of the impact of the Common Agricultural Policy on territorial development of rural areas [Documento de trabalho dos serviços da Comissão – Resumo da avaliação do impacto da política agrícola comum no desenvolvimento territorial das zonas rurais] {SWD(2021) 398 final}.

⁹ Parceria para a Juventude UE- Conselho da Europa: Young people in rural areas: diverse, ignored and unfulfilled [Os jovens das zonas rurais: diversificados, ignorados e insatisfeitos].

¹⁰ Os artigos 174.º e 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia reconhecem o estatuto específico das zonas rurais, das zonas afetadas pela transição industrial e das regiões com limitações naturais ou demográficas graves e permanentes, tais como as regiões mais setentrionais com densidade populacional muito baixa e as regiões insulares, transfronteiriças e de montanha. No presente documento, as referências às zonas rurais e remotas incluem igualmente as zonas periféricas, menos desenvolvidas e as regiões ultraperiféricas.

7. A Estratégia da UE para a Juventude 2019-2027¹¹, enquanto quadro para a cooperação europeia no domínio das políticas da juventude, e os Objetivos para a Juventude Europeia¹² centram-se em domínios fundamentais relativos à participação, ao envolvimento e ao contributo significativo dos jovens na sociedade. O Objetivo para a Juventude Europeia #3 centra-se em sociedades inclusivas, criando ambientes acessíveis e abertos para todos os jovens, ao passo que o Objetivo para a Juventude Europeia #6 incide na criação de zonas rurais onde os jovens possam desenvolver as suas potencialidades¹³.
8. Nas suas conclusões sobre a criação de oportunidades para os jovens nas zonas rurais e remotas¹⁴, o Conselho destacou a importância das oportunidades locais e da promoção de abordagens intersetoriais, e convidou os Estados-Membros da UE a promover e facilitar a cidadania ativa e a participação significativa de jovens com históricos diversos nas zonas rurais e remotas em todos os processos de tomada de decisão pertinentes, especialmente sobre questões que os afetam.
9. Os desafios relacionados com a inclusão social nas zonas rurais e remotas podem estar associados à disponibilidade e ao acesso às terras, às infraestruturas, às tecnologias digitais, à informação e aos serviços sociais e de cuidados de saúde de elevada qualidade, às oportunidades educativas, de trabalho com jovens e de emprego, bem como ao nível de participação em todos os processos de tomada de decisão pertinentes. É essencial garantir a igualdade de acesso a oportunidades para todos, sem qualquer forma de discriminação.

¹¹ Resolução do Conselho da União Europeia e dos representantes dos Governos dos Estados-Membros reunidos no Conselho relativa ao quadro para a cooperação europeia no domínio da juventude: Estratégia da União Europeia para a Juventude 2019-2027 (2018/C 456/01).

¹² Resolução do Conselho da União Europeia e dos representantes dos Governos dos Estados-Membros reunidos no Conselho relativa ao quadro para a cooperação europeia no domínio da juventude: Estratégia da União Europeia para a Juventude 2019-2027 (2018/C 456/01).

¹³ Resolução do Conselho e dos representantes dos Estados-Membros reunidos no Conselho que estabelece orientações sobre a governação do Diálogo da UE com a Juventude – Estratégia da União Europeia para a Juventude 2019-2027 (JO C 189 de 5.6.2019).

¹⁴ Conclusões do Conselho e dos representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho – Criar oportunidades para os jovens nas zonas rurais e remotas (JO C 193 de 9.6.2020).

10. As cinco Estratégias da União da Igualdade adotadas pela Comissão em 2020 e 2021¹⁵, assim como a comunicação da Comissão relativa a uma abordagem abrangente à saúde mental¹⁶, sublinham a importância de uma abordagem interseccional. Estes documentos salientam que cada pessoa pode pertencer a um ou mais grupos em situações vulneráveis ao mesmo tempo e ilustram a necessidade de combater formas múltiplas e cruzadas de discriminação. Estas formas de discriminação podem ter um grande impacto sobre os jovens, incluindo os que vivem em zonas rurais e remotas, que não são um grupo homogéneo e «têm uma multiplicidade de identidades, diferentes necessidades, recursos, antecedentes, situações de vida e interesses, e enfrentam diversos desafios e oportunidades¹⁷».
11. A Comunicação da Comissão relativa a uma abordagem abrangente à saúde mental e as conclusões do Conselho sobre uma abordagem abrangente da saúde mental dos jovens na União Europeia¹⁸ identificam a necessidade de medidas específicas relacionadas com a prevenção, a promoção e o apoio no domínio da saúde mental dos jovens que vivem em zonas rurais ou remotas¹⁹.

¹⁵ Estratégia sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030; Estratégia para a Igualdade de Tratamento das Pessoas LGBTIQ 2020-2025; Estratégia para a Igualdade de Género 2020-2025; Plano de Ação da UE contra o Racismo 2020-2025; Quadro Estratégico da UE para a igualdade, a inclusão e a participação dos ciganos 2020-2030.

¹⁶ Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões relativa a uma abordagem abrangente à saúde mental (Comunicação relativa a uma abordagem abrangente à saúde mental) (COM(2023) 298 final).

¹⁷ Conclusões do Conselho e dos representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho, sobre sociedades inclusivas para os jovens (JO C, C/2024/3808, 27.6.2024).

¹⁸ Conclusões do Conselho e dos representantes dos Governos dos Estados-Membros sobre uma abordagem abrangente da saúde mental dos jovens na União Europeia. JO C, C/2023/1337 de 30.11.2023.

¹⁹ Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões relativa a uma abordagem abrangente à saúde mental (COM(2023) 298 final).

12. Nas suas conclusões sobre a saúde mental²⁰, o Conselho reconhece «que os problemas de saúde mental estão associados a muitas formas de desigualdades, como por exemplo as pessoas em situações vulneráveis, as minorias, os grupos marginalizados e as pessoas em situações socioeconómicas desfavorecidas, incluindo as que vivem em serviços de cuidados continuados, as pessoas que vivem em solidão e isolamento social, as crianças e os jovens, os idosos, as mulheres, as pessoas LGBTI²¹, os doentes oncológicos, as pessoas com deficiência, os refugiados, os migrantes, os reclusos e as pessoas sem abrigo».
13. As mulheres e as raparigas são vitais para o desenvolvimento sustentável das zonas rurais e remotas, proporcionando valor acrescentado às comunidades locais. São frequentemente a força motriz da inovação, da diversificação e do desenvolvimento de novas oportunidades²². No entanto, esses papéis são frequentemente ignorados ou invisíveis. Muitas mulheres e raparigas nas zonas rurais e remotas continuam a enfrentar desafios relacionados com o emprego, o empreendedorismo, a educação de qualidade e as oportunidades de formação, a partilha desigual das responsabilidades de prestação de cuidados, o acesso às terras, à educação e ao acolhimento na primeira infância, aos cuidados continuados e aos serviços de cuidados de saúde, bem como com a representação insuficiente na tomada de decisões^{23 24}

²⁰ Conclusões do Conselho sobre a saúde mental (doc. 15971/23, ponto 24).

²¹ Ver a Estratégia da Comissão para a igualdade de tratamento das pessoas LGBTIQ 2020-2025 (COM(2020) 698 final).

²² Banco Europeu de Investimento, Support for female entrepreneurs: Survey evidence for why it makes sense [Apoio às empresárias: dados de inquérito sobre a razão pela qual esse apoio faz sentido], novembro de 2022, ISBN: 978-92-861-5378-5.

²³ Comunicação sobre «Uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE».

²⁴ Comissão Europeia, Direção-Geral da Política Regional e Urbana, Nono relatório sobre a coesão económica, social e territorial (9.º Relatório sobre a Coesão), março de 2024.

14. A UE reconhece que as alterações demográficas são influenciadas, nomeadamente, pelas escolhas de vida dos indivíduos e das famílias, e salienta a necessidade de políticas públicas de apoio que permitam aos jovens realizar plenamente o seu potencial. A Comunicação da Comissão sobre «Alterações demográficas na Europa: instrumentos de ação»²⁵ destaca, em especial, a necessidade crítica de promover o acesso das gerações mais jovens a empregos de qualidade, a habitação a preços comportáveis e a um nível de vida digno.
15. As regiões rurais e menos desenvolvidas podem ver-se confrontadas, nomeadamente, com o envelhecimento da população, baixos níveis de escolaridade, a diminuição da mão de obra, o êxodo dos jovens e o risco de cair numa «estagnação do desenvolvimento de talentos»²⁶, o que compromete a sua capacidade para construir economias sustentáveis e prejudica a sua competitividade e crescimento. A Comunicação da Comissão intitulada «Aproveitar os talentos nas regiões da Europa» sublinha a necessidade de transformar estas regiões em economias dinâmicas e impulsionadas pelo talento, tirando partido dos pontos fortes locais das regiões rurais. A resposta a estes desafios exige um apoio adaptado para capacitar os jovens, melhorar o acesso à educação, à formação e ao emprego, reforçar o acesso à inovação e a instalações de formação, investir na criação de oportunidades de emprego de qualidade e promover a inclusão social. Garantir que as pessoas que vivem em zonas rurais e remotas, incluindo os jovens, tenham a oportunidade de prosperar é essencial para reduzir as disparidades territoriais e reforçar a coesão social em toda a UE^{27 28}.

²⁵ Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Alterações demográficas na Europa: instrumentos de ação (conjunto de instrumentos demográficos da Comissão) (COM/2023/577 final).

²⁶ Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Aproveitar os talentos nas regiões da Europa (Comunicação sobre o aproveitamento dos talentos) (COM/2023/32 final).

²⁷ Comissão Europeia, Direção-Geral da Política Regional e Urbana, Nono relatório sobre a coesão económica, social e territorial (9.º Relatório sobre a Coesão), março de 2024.

²⁸ Serviço das Publicações da União Europeia: Eurostat Regional Yearbook – 2023 Edition [Anuário Regional do Eurostat – Edição de 2023].

16. A política de coesão e, no contexto rural, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) desempenham um papel importante no que toca a apoiar os Estados-Membros e as regiões nos seus esforços com vista a possibilitar uma melhor reflexão sobre os múltiplos desafios em matéria de desenvolvimento, as necessidades de reforma e as diferentes disparidades socioeconómicas e territoriais, canalizando apoio específico centrado nas necessidades específicas de cada região. Tendo em conta o impacto assimétrico dos desafios colocados pelas transições ecológica e digital, pela transformação demográfica, pela evolução das tendências económicas mundiais ou pelas alterações climáticas, o levantamento das necessidades em matéria de infraestruturas, capital humano e serviços pode facilitar uma programação mais eficiente dos fundos da UE nas regiões ultraperiféricas, escassamente povoadas, insulares, montanhosas e fronteiriças, e nas zonas rurais. Tal pode contribuir para diversificar as oportunidades de emprego e melhorar a educação e a formação formais e não formais, nomeadamente através do apoio à digitalização, tornando as regiões rurais e remotas mais atrativas para viver e trabalhar, assegurando assim o seu desenvolvimento sustentável²⁹.

²⁹ Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões relativa ao nono relatório sobre a coesão (Comunicação relativa ao nono relatório sobre a coesão) (COM (2024) 149 final), e 9.º Relatório sobre a Coesão.

17. No seu Plano de Ação Mundial sobre a «Década da Agricultura Familiar» (2019-2028)³⁰, as Nações Unidas sublinham que, para assegurar a sustentabilidade geracional da agricultura familiar, é essencial capacitar os jovens, em especial as mulheres jovens, facilitando o seu acesso às terras, aos recursos naturais, à informação, à educação, às infraestruturas, aos serviços financeiros e aos mercados, bem como a sua participação em processos de elaboração de políticas relacionadas com a agricultura. Ao facilitar a transmissão intergeracional, os jovens agricultores podem combinar os conhecimentos tradicionais e locais com práticas inovadoras a fim de promover o seu papel crucial no desenvolvimento rural inclusivo. A tendência negativa de envelhecimento da população agrícola pode pôr em risco a viabilidade das zonas rurais. Por esta razão, reforçar as formas de apoio aos jovens agricultores e empresários, ajudá-los a iniciar atividades agrícolas, incentivar a transferência de explorações agrícolas e tornar a agricultura mais atrativa para a geração mais jovem, a par da política agrícola comum (PAC), podem desempenhar um papel importante na renovação geracional.
18. A recomendação da OCDE sobre a criação de melhores oportunidades para os jovens apela à adoção de medidas específicas para apoiar os jovens em circunstâncias vulneráveis e desfavorecidas. Tal inclui a prestação de serviços sociais, de saúde, de habitação e de emprego integrados adaptados aos contextos locais. A recomendação salienta a importância dos investimentos na educação, na habitação e na saúde para os jovens das zonas rurais, juntamente com a colaboração entre as partes interessadas, a fim de criar ambientes propícios ao seu êxito³¹.

³⁰ FAO e FIDA. 2019. United Nations Decade of Family Farming 2019-2028. Global Action Plan [Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar 2019-2028. Plano de Ação Mundial] Roma.

³¹ OCDE, Recommendation of the Council on creating better opportunities for young people [Recomendação do Conselho sobre a criação de melhores oportunidades para os jovens], Reunião do Conselho a nível ministerial, 9-10 de junho de 2022, JT03497457.

TENDO EM CONTA O SEGUINTE:

19. Em toda a Europa, a incapacidade das regiões rurais para atrair talentos³² ou aceder a infraestruturas e serviços de qualidade relacionados com a vida quotidiana constituem obstáculos significativos ao bem-estar e ao desenvolvimento socioeconómico dos jovens das zonas rurais. Tal pode limitar a conectividade dos jovens das zonas rurais e o acesso a uma educação e formação de qualidade, ao emprego, a cuidados de saúde, à habitação, aos serviços sociais, ao trabalho com jovens, à cultura, ao desporto e às atividades de lazer, comprometendo as suas oportunidades socioeconómicas e, por conseguinte, a sua liberdade de permanência³³.
20. Muitos jovens que vivem em zonas rurais e remotas deparam-se com obstáculos no acesso à aprendizagem e com uma falta de sensibilização para as oportunidades relacionadas com os serviços e as plataformas digitais, o que gera um maior nível de isolamento e um possível fosso digital entre as zonas rurais e urbanas. O acesso digital, as competências com relevância profissional e as competências digitais podem servir de catalisador da capacitação e da inclusão a nível local^{34 35}. No caso dos jovens que não trabalham, não estudam nem seguem qualquer formação (NEET), esses obstáculos podem ser particularmente prejudiciais, uma vez que a conectividade digital limitada restringe ainda mais a sua capacidade de procurar oportunidades de educação, emprego e formação, agravando o seu isolamento social e económico. É essencial combater o fosso digital para voltar a envolver os jovens NEET e dotá-los das competências necessárias para se integrarem na mão de obra moderna. A Garantia para a Juventude reforçada³⁶ salienta a importância de apoiar a integração dos jovens, em especial dos NEET, no mercado de trabalho a nível local, inclusive nas zonas rurais e remotas, assegurando a existência das oportunidades necessárias a nível local e regional para, assim, facilitar a sua permanência nessas zonas.

³² Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Aproveitar os talentos nas regiões da Europa (Comunicação sobre o aproveitamento dos talentos) (COM/2023/32 final), 2023.

³³ Relatório Enrico Letta (2024) «Much more than a market – Speed, Security, Solidarity – Empowering the Single Market to deliver a sustainable future and prosperity for all EU Citizens» [Mais do que um mercado – Rapidez, segurança, solidariedade – Capacitar o mercado único para proporcionar um futuro sustentável e próspero para todos os cidadãos da UE], abril de 2024.

³⁴ Comunicação sobre «Uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE».

³⁵ Comunicação relativa ao nono relatório sobre a coesão e 9.º Relatório sobre a Coesão.

³⁶ Recomendação do Conselho, de 30 de outubro de 2020, relativa a «Uma ponte para o emprego – Reforçar a Garantia para a Juventude» e que substitui a Recomendação do Conselho, de 22 de abril de 2013, relativa ao estabelecimento de uma Garantia para a Juventude (2020/C 372/01).

21. Em muitas zonas rurais e remotas de toda a Europa, os jovens, em especial as mulheres e os jovens com deficiência, enfrentam disparidades em relação às zonas urbanas no acesso à educação e formação formais e não formais e às oportunidades de aprendizagem informal, e deparam-se com obstáculos significativos ao seu desenvolvimento pessoal e profissional. O acesso e a disponibilidade limitados a programas de educação e formação de elevada qualidade não só agravam o défice de competências, como também podem conduzir à fuga de cérebros e ao aumento da taxa de desemprego entre os jovens das zonas rurais que têm dificuldade em encontrar emprego relevante para as suas qualificações nessas zonas.
22. O acesso a informações «glocais» e completas sobre os programas e as oportunidades de financiamento locais, regionais, nacionais e a nível da UE é essencial para o desenvolvimento e a capacitação dos jovens das zonas rurais. As barreiras linguísticas verticais e horizontais podem prejudicar a sua capacidade de ler e compreender eficazmente esses documentos, limitando o acesso dos jovens das zonas rurais às iniciativas da UE^{37,38}. A difusão eficaz de informação pode ser apoiada pela colaboração intersetorial, ajudando a superar esses obstáculos e promovendo o reforço das capacidades e as redes locais. Este aspeto é fundamental para assegurar uma participação equitativa e maximizar os benefícios dos programas da UE, como o Erasmus+, o Corpo Europeu de Solidariedade e a iniciativa LEADER, bem como oportunidades de financiamento para os jovens das zonas rurais em toda a Europa e a todos os níveis.
23. Os fatores geográficos podem dificultar o acesso dos jovens ao emprego, a oportunidades de habitação a preços comportáveis e a uma melhor conectividade, gerando incerteza, uma maior dependência dos recursos financeiros e um incentivo à mobilidade e à urbanização a nível local.

³⁷ Moxon D., Bárta O. (2024). EUYD10 Results of the Consultation Phase: We Need Youth. [Resultados da fase de consulta: Precisamos da juventude] DOI: 10.5281/zenodo.10656746.

³⁸ O Plano de Ação da UE para as Zonas Rurais é mencionado na Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, intitulada «Uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE – Para zonas rurais mais fortes, interligadas, resilientes e prósperas, até 2040» (COM(2021) 345 final).

24. As comunidades de jovens de zonas rurais podem enfrentar desafios relacionados com os baixos níveis de escolaridade, o desemprego ou a falta de condições de trabalho dignas. Além disso, o acesso inadequado ao trabalho com jovens, às organizações de juventude, aos espaços comunitários e a atividades sociais, culturais, desportivas e de lazer de qualidade pode dificultar a criação ou manutenção de comunidades, bem como a adesão às mesmas. Estes fatores podem reduzir as possibilidades de interação social, o que pode ter consequências negativas no bem-estar, gerar sentimentos de isolamento e solidão e, potencialmente, conduzir a sistemas de apoio insuficientes.
25. Os jovens que vivem em zonas rurais e remotas podem ser mais suscetíveis de se deparar com serviços de apoio insuficientes, nomeadamente no domínio da saúde mental³⁹. Os problemas de saúde mental podem ter um impacto negativo na sua educação, emprego e segurança social. Esses problemas incluem, nomeadamente, a sensação de exclusão que resulta em sentimentos negativos de isolamento; a intimidação e o assédio, em linha e fora de linha, por parte dos pares; a utilização excessiva dos meios de comunicação social, o «medo de ficar de fora» e uma maior exposição às dependências. Ao mesmo tempo, esses jovens não têm acesso a estruturas que os ajudem a evitar tais ameaças e a recuperar delas, pelo que a ansiedade e a depressão persistem e muitos problemas de saúde mental não são tratados.
26. Há vários fatores que determinam a longevidade saudável, entre os quais a promoção da saúde e a prevenção de doenças, o acesso aos serviços de saúde, as condições de vida e de trabalho, os tipos de ocupação e o ambiente circundante. Embora as zonas rurais tenham benefícios para a saúde, como a melhor qualidade do ar e a proximidade da natureza, as regiões urbanas dispõem geralmente de um maior número e variedade de instalações de cuidados de saúde⁴⁰. A falta de serviços de saúde de qualidade está associada a dificuldades na prevenção e no tratamento de problemas de saúde. Além disso, embora a agricultura ofereça inúmeras oportunidades de emprego em muitas zonas rurais, profissões como a agricultura podem ter consequências adversas ou prejudiciais para a saúde física⁴¹. Por conseguinte, é essencial investir em tecnologias que permitam poupar e reforçar a mão de obra.

³⁹ Comunicação da Comissão relativa a uma abordagem abrangente à saúde mental (COM(2023) 298 final).

⁴⁰ Anuário Regional do Eurostat (2023).

⁴¹ Rede da PAC da UE: Supporting the health and well-being of Europe's agricultural workforce [Apoiar a saúde e o bem-estar da mão de obra agrícola da Europa], Policy Insight (junho de 2023).

27. Os jovens com deficiência que vivem em zonas rurais e remotas podem deparar-se com obstáculos significativos que têm impacto na sua qualidade de vida e oportunidades, como o acesso limitado a educação e formação inclusivas e de elevada qualidade, cuidados de saúde especializados, bem como transportes e conectividade inadequados. Estes desafios sublinham a necessidade de ações específicas para melhor apoiar esses jovens^{42 43}.
28. Embora os jovens das zonas rurais, incluindo as mulheres, tenham um potencial significativo em termos de inovação e desenvolvimento económico, podem deparar-se com obstáculos no acesso aos recursos financeiros e na gestão de procedimentos burocráticos e de financiamento complexos. Por conseguinte, podem ser cruciais mecanismos de financiamento acessíveis e claros, a par de investimentos específicos de apoio ao empreendedorismo, incluindo as competências agrícolas, entre os jovens das zonas rurais^{44 45 46}.
29. Os jovens das zonas rurais e remotas são mais suscetíveis de enfrentar desafios únicos em matéria de sustentabilidade que são exacerbados pela escalada da crise climática e que têm um impacto significativo na sua vida quotidiana. Em comparação com os seus homólogos das zonas urbanas, são frequentemente mais vulneráveis a problemas ambientais ou relacionados com o clima. Carecem de maior acesso a recursos e soluções sustentáveis, o que aumenta ainda mais a sua vulnerabilidade às ameaças ambientais. Tal como salientado na Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável⁴⁷, essa falta de acesso não só impede a capacidade dos jovens para dar resposta a preocupações prementes em matéria de sustentabilidade, como também dificulta o seu contributo para a atenuação da crise climática. Além disso, para enfrentarem e superarem de forma adequada esses desafios no seu meio, precisam de ter acesso a educação e formação formais e não formais de qualidade, de modo a desenvolverem as aptidões e competências necessárias.

⁴² Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: União da Igualdade: Estratégia sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030 (COM(2021) 101 final).

⁴³ Comunicação sobre «Uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE».

⁴⁴ Comunicação sobre «Uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE».

⁴⁵ Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Interreg Europe, Policy brief on: How to boost entrepreneurship in rural areas? [Documento de orientação: Como promover o empreendedorismo nas zonas rurais?], abril de 2020.

⁴⁶ Comissão Europeia: Taking stock of how CAP Strategic Plans contribute to the objectives of the long-term vision for the EU's rural areas [Balanço da forma como os planos estratégicos da PAC contribuem para os objetivos da visão a longo prazo para as zonas rurais da UE], junho de 2023.

⁴⁷ Nações Unidas: A/RES/70/1, «Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development» (Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável).

30. O desenvolvimento contínuo através do envolvimento da população local é essencial para o desenvolvimento rural, pelo que é necessária uma base sólida para uma participação significativa dos jovens nas zonas rurais e remotas. Os jovens das zonas rurais deverão ser reconhecidos como intervenientes fundamentais no desenvolvimento rural e as políticas deverão ser elaboradas de modo a satisfazer as suas necessidades e aspirações, assegurando a sua participação e influência constantes nos processos de decisão a todos os níveis. Tal como identificado no Pacto Rural⁴⁸, reforçar a voz das zonas rurais e dar-lhes um lugar de maior destaque na agenda política local, regional, nacional e da UE deve ser definido como objetivo fundamental.
31. Os jovens das zonas rurais e remotas podem servir de catalisadores de mudanças positivas, especialmente nas suas comunidades, impulsionando o desenvolvimento no plano digital, social e económico. No entanto, apesar do seu potencial, os jovens das zonas rurais enfrentam frequentemente obstáculos significativos no que respeita à plena realização das suas capacidades de liderança e ao acesso a oportunidades de crescimento. Superar esses desafios é essencial para aproveitar o potencial de liderança dos jovens das zonas rurais e para os dotar de capacidades que lhes permitam impulsionar o desenvolvimento sustentável nas suas comunidades, promovendo assim o crescimento inclusivo e a resiliência em toda a Europa.

⁴⁸ Comissão Europeia, Direção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural: Carta aberta sobre o lançamento do Pacto Rural, 17 de dezembro de 2021.

32. Durante a Conferência da UE sobre a Juventude, realizada em Budapeste, em setembro de 2024⁴⁹, os jovens propuseram tornar as zonas rurais e remotas mais dinâmicas e atrativas para os jovens mediante as seguintes ações:
- i) Promover a participação significativa dos jovens das zonas rurais, especialmente em questões relacionadas com a sustentabilidade ambiental e a saúde mental e física.
 - ii) Promover comunidades rurais de apoio, desafiando preconceitos, estabelecendo um diálogo intergeracional acessível e criando espaços comuns, bem como reforçando as visões para o futuro.
 - iii) Aumentar o acesso a infraestruturas adaptadas às necessidades dos jovens, como a conectividade à Internet, a informação, os transportes, as energias limpas e os serviços de saúde física e mental.
 - iv) Sensibilizar para percursos de emprego alternativos, como o trabalho à distância e formas inovadoras de agricultura.
33. Na Conferência da UE sobre a Juventude, em Budapeste⁵⁰, os jovens salientaram igualmente que os instrumentos nacionais, locais e da UE devem corresponder às necessidades, realidades, capacidades e recursos dos jovens das zonas rurais e remotas, bem como
- i) Apoiar a participação dos jovens no desenvolvimento rural e na tomada de decisões, por exemplo, através de embaixadores da juventude, conselhos consultivos, conselhos locais de juventude e da orçamentação participativa.
 - ii) Apoiar o empreendedorismo rural, incluindo a agricultura, através da sensibilização para os programas nacionais e da UE existentes, de programas de mentoria, da promoção da transformação digital e do fomento do recurso a incentivos financeiros, como o desagravamento fiscal ou oportunidades de cofinanciamento.

⁴⁹ Bárta O., Moxon D. (2024). EUYD10 Conferência da UE sobre a Juventude, Hungria. Relatório final da conferência. DOI: 10.5281/zenodo.13836827.

⁵⁰ Bárta O., Moxon D. (2024). EUYD10 Conferência da UE sobre a Juventude, Hungria. Relatório final da conferência. DOI: 10.5281/zenodo.13836827.

- iii) Promover plataformas adaptadas aos jovens para acederem a informações sobre programas para os jovens, oportunidades de emprego de qualidade e financiamento, bem como lançar uma campanha à escala da UE para promover a igualdade de acesso ao trabalho.
- iv) Incentivar oportunidades de aprendizagem de qualidade e iniciativas para a juventude que ampliem as experiências dos jovens das zonas rurais, tais como intercâmbios entre jovens de zonas urbanas e rurais, projetos climáticos, a designação de técnicos de juventude móveis e de proximidade, bem como a participação em organizações de jovens das zonas rurais.
- v) Melhorar o acesso a serviços e informações relacionados com a saúde mental através de ações locais inspiradoras e da promoção do diálogo sobre as oportunidades e os mecanismos de financiamento existentes.

CONVIDAM, POR CONSEQUENTE, OS ESTADOS-MEMBROS, AOS NÍVEIS ADEQUADOS, A:

- 34. Se for caso disso, contribuirão para identificar, desenvolver, monitorizar e assegurar um acesso justo e equitativo dos jovens que vivem em zonas rurais e remotas às infraestruturas, à informação, à conectividade e aos serviços a nível local, a par de medidas que visem melhorar a acessibilidade relacionadas com a sua vida quotidiana.
- 35. Intensificarão os esforços com vista a melhorar a disponibilidade de infraestruturas e serviços digitais em zonas rurais e remotas, bem como o acesso aos mesmos, nomeadamente através da prestação de apoio no que respeita a dispositivos eletrónicos e outras questões digitais, do desenvolvimento de uma cobertura de banda larga de elevada qualidade, da melhoria da literacia digital e da cibersegurança, e da partilha de boas práticas entre as autoridades locais, regionais e nacionais, se for caso disso⁵¹.

⁵¹ Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Plano de Ação para a Educação Digital 2021-2027 – Reconfigurar a educação e a formação para a era digital (COM(2020) 624 final).

36. Continuarem a apoiar a colaboração intersetorial entre infraestruturas locais sociais, culturais, desportivas e de lazer, de educação e formação de qualidade, de cuidados de saúde, juventude e de trabalho com jovens de que os jovens que vivem em zonas rurais e remotas podem beneficiar, a fim de assegurar condições equitativas de desenvolvimento pessoal e bem-estar no seu ambiente, promovendo simultaneamente a acessibilidade física e digital a essas instalações e serviços conexos⁵².
37. Incentivarem as autoridades a nível local, especialmente nas zonas rurais e remotas, a facilitar a participação dos jovens das zonas rurais, nomeadamente através da criação de conselhos e processos de jovens na tomada de decisões, que poderiam servir de órgãos consultivos, e de outras iniciativas. Estes podem contribuir para a participação efetiva dos jovens em todos os processos de decisão nos domínios que mais os afetam, tais como questões relacionadas com a educação, o emprego, a inclusão social, as infraestruturas, a habitação, a conectividade, os cuidados de saúde (especialmente no que respeita à saúde mental) e o ambiente, e podem reforçar a confiança nos processos democráticos.
38. Promoverem a criação e o funcionamento de centros e espaços de juventude seguros e inclusivos em zonas rurais e remotas e, se for caso disso, a facilitarem o apoio contínuo aos centros de juventude seguros e inclusivos já existentes e a interação intergeracional. Continuarem a reforçar as iniciativas e os programas de capacitação e a apoiarem todas as formas de trabalho com jovens, bem como as organizações de juventude, a fim de reconhecer o seu papel crucial na sensibilização dos jovens que vivem em zonas rurais, remotas e ultraperiféricas.
39. Incentivarem o diálogo local sobre o desenvolvimento rural para debater o futuro da zona e soluções sustentáveis, reunindo jovens, instituições representantes de diferentes domínios de intervenção e autoridades locais, bem como intervenientes sociais e económicos, a fim de refletir a ambição da visão a longo prazo da Comissão para as zonas rurais da UE⁵³.

⁵² Comunicação sobre «Uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE».

⁵³ Comunicação sobre «Uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE».

40. Promoverem iniciativas de apoio ao talento que adotem uma abordagem abrangente para fomentar e aproveitar os talentos ao longo do respetivo ciclo de vida, através da formação de técnicos de juventude, educadores e profissionais para que reconheçam a diversidade de talentos dos jovens. Capacitem os jovens para que tirem partido das suas competências, talentos e capacidades, independentemente dos obstáculos específicos que possam enfrentar nas zonas rurais e remotas⁵⁴.
41. Incentivarem o emprego dos jovens a nível local e, quando pertinente, a nível regional, nomeadamente entre os jovens que não trabalham, não estudam nem seguem qualquer formação (NEET), através de ações de sensibilização e facilitando a criação de colocações e perspectivas de emprego diversificadas em zonas rurais e remotas, centrando-se na diversificação e no desenvolvimento de oportunidades em diferentes setores, como a agricultura, a indústria transformadora, o digital, a adaptação às alterações climáticas e os serviços, e prestando apoio ao desenvolvimento de competências e a programas de formação adaptados às atividades económicas locais.
42. Promoverem a aplicação da Garantia para a Juventude reforçada nas zonas rurais e remotas, por exemplo, através do levantamento dos serviços disponíveis para os jovens, colmatando lacunas por meio de serviços móveis, em linha ou de balcões únicos.
43. Explorarem formas de atrair e manter os jovens em comunidades em zonas rurais e remotas, com especial atenção para as mulheres jovens, a fim de assegurar a sua prosperidade e vitalidade económicas a longo prazo, e ponderarem, se for caso disso, meios transetoriais para os apoiar.

⁵⁴ Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre «Aproveitar os talentos nas regiões da Europa» (COM(2023) 32 final).

44. Explorarem e apoiarem iniciativas que visem a cooperação e a solidariedade intergeracionais, facilitando a realização de diálogos e disponibilizando informações aprofundadas sobre boas práticas, a fim de ajudar os jovens das zonas rurais a prosperar a nível local.
45. Desenvolverem, reforçarem e manterem programas de apoio à saúde física e mental adaptados às necessidades dos jovens das comunidades rurais e remotas, disponibilizando redes de apoio em linha e fora de linha, por exemplo, serviços psicológicos e outros serviços preventivos em escolas e centros de juventude, a fim de combater a intimidação e a dependência.

CONVIDAM, POR CONSEQUENTE, A COMISSÃO EUROPEIA, EM CONFORMIDADE COM O PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE, A:

46. Explorar formas de facilitar o acesso às iniciativas e instrumentos da UE destinados aos jovens das zonas rurais, com destaque para a eliminação das barreiras linguísticas e administrativas. Sempre que necessário, simplificar a redação para a adaptar aos jovens e reduzir os encargos burocráticos desnecessários, assegurando que os jovens das zonas rurais possam aceder mais facilmente a esses mecanismos de apoio e informações, nomeadamente através do Portal Europeu da Juventude. As informações e os instrumentos deverão também ser fornecidos em formatos acessíveis aos jovens com deficiência.
47. No âmbito da integração da perspectiva da juventude, aumentar a visibilidade dos jovens das zonas rurais nos programas da UE com uma componente «juventude» e na Estratégia da UE para a Juventude pós-2027 e, quando adequado, recorrer à «avaliação da perspectiva dos jovens a nível europeu» ao conceber ações específicas e concretas dirigidas a todos os jovens, incluindo os que vivem em zonas rurais e remotas.

48. Explorar oportunidades para melhor orientar e maximizar a utilização dos mecanismos financeiros existentes e, se for caso disso, possibilidades de reorientar as iniciativas em colaboração com as partes interessadas pertinentes, a fim de ajudar os jovens empresários das zonas rurais, incluindo, nomeadamente, os jovens agricultores, a iniciar, manter e expandir as suas empresas, tendo simultaneamente em conta as limitações estruturais que estes possam enfrentar em termos de acesso a recursos financeiros. Além disso, promover os instrumentos existentes, como o conjunto de ferramentas relacionadas com os fundos rurais⁵⁵, entre os jovens das zonas rurais e remotas, e apoiar a cooperação entre todos os empresários nas zonas rurais e remotas. Tal contribuirá para garantir oportunidades de emprego futuras nas zonas rurais, promovendo a resiliência económica e a vitalidade.
49. Facilitar a aplicação da avaliação do impacto territorial, incluindo a verificação rural, avaliando o impacto previsto das principais iniciativas da UE nas zonas rurais e remotas, e incentivando abordagens semelhantes a nível nacional, regional e local, com o objetivo de assegurar a coerência, a consistência e a complementaridade entre as políticas e os instrumentos que abrangem questões importantes para as zonas rurais.
50. Continuar a reforçar os conhecimentos e a realizar investigações baseadas em dados concretos sobre os jovens que vivem em zonas rurais e remotas, utilizando os instrumentos existentes, como o Wiki da Juventude e os estudos levados a cabo em colaboração com a Parceria para a Juventude UE-Conselho da Europa, entre outros.
51. Continuar a envidar esforços no sentido de sensibilizar grupos possivelmente sub-representados, tais como os jovens das zonas rurais e remotas, e de aumentar a sua participação no Diálogo da UE com a Juventude e noutras iniciativas pertinentes da UE, como a iniciativa Interreg Volunteer Youth (IVY), a iniciativa EUTeens4Green e o projeto Youth4Outermostregions.

⁵⁵ Comunicação sobre «Uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE».

CONVIDAM, POR CONSEQUENTE, OS ESTADOS-MEMBROS E A COMISSÃO EUROPEIA, TENDO DEVIDAMENTE EM CONTA O PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE, A:

52. Salientarem e reconhecerem o papel estratégico dos jovens que vivem em zonas rurais e remotas na concretização de uma transição ecológica, justa e inclusiva, mantendo a segurança alimentar e climática, através da promoção da biodiversidade e da revitalização rural, da criação de empregos de elevada qualidade e da participação dos jovens na transformação⁵⁶.
53. Proporcionarem oportunidades de aprendizagem equitativa de línguas, facilitando a cooperação entre países, oportunidades de aprendizagem formal, não formal e informal e de formação linguística aplicada centrada na utilização corrente.
54. Em cooperação com os setores pertinentes, reforçarem as condições para que os jovens prosperem a nível local, apoiando iniciativas que utilizem eficazmente os recursos e as infraestruturas locais para criar meios de subsistência sustentáveis nas zonas rurais e remotas, incluindo as regiões ultraperiféricas, e incentivando o desenvolvimento de iniciativas de habitação adequadas adaptadas às necessidades dos jovens que vivem nessas zonas.
55. Promoverem eficazmente a renovação geracional⁵⁷ e apoiarem os jovens empresários, incluindo, entre outros, os jovens agricultores nas zonas rurais e remotas, reforçando a disponibilidade de apoio às empresas em fase de arranque e o acesso ao mesmo. Disponibilizarem informações específicas, acesso ao espaço, às infraestruturas, ao apoio financeiro e aos recursos, bem como acesso a programas de formação e mentoria que permitam aos aspirantes a empresários, incluindo, entre outros, os jovens agricultores, superar os obstáculos iniciais e lançar os seus projetos com confiança, revitalizando assim as economias rurais e promovendo o desenvolvimento sustentável e a inovação em toda a Europa.

⁵⁶ Rede de Informação sobre Segurança Alimentar (FSIN) e Rede Mundial contra as Crises Alimentares, 2024 Global report on food crisis [Relatório mundial de 2024 sobre a crise alimentar]. GRFC 2024, Roma.

⁵⁷ Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho: «Síntese dos planos estratégicos da PAC para o período 2023-2027: esforço conjunto e ambição coletiva», Bruxelas, 23.11.2023 (COM(2023) 707 final).

56. Reforçarem a cooperação intersetorial no domínio da educação e da formação formais e não formais, com uma maior ênfase na melhoria de competências e no desenvolvimento dos recursos humanos, na melhoria das condições de trabalho e no aumento da disponibilidade de infraestruturas e equipamentos nos domínios que enfrentam mais dificuldades, bem como do acesso aos mesmos por parte de estabelecimentos de ensino e formação.
57. Assegurem a participação ativa dos jovens das zonas rurais e das organizações pertinentes nos debates políticos e na tomada de decisões a nível local, regional, nacional e da UE, trabalhando em conjunto na conceção, execução e avaliação das políticas pertinentes e, sempre que possível, fornecendo dados exaustivos, atualizados e desagregados sobre os jovens das zonas rurais, incluindo, entre outros, os jovens agricultores, permitindo assim que os decisores políticos orientem melhor as políticas e intervenções e criem soluções adaptadas aos mesmos. Tomarem medidas adequadas para contrariar o impacto das tendências demográficas negativas que afetam a vida dos jovens que vivem em zonas rurais e remotas, incluindo, entre outros, os jovens agricultores.
58. Reforçarem a cooperação transfronteiriça e os instrumentos da UE no domínio da saúde mental e física, incentivando a investigação no domínio da saúde mental, desenvolvendo métodos comuns de monitorização e prevenção nos territórios menos desenvolvidos e partilhando boas práticas em matéria de proliferação de serviços de saúde mental nas zonas rurais e remotas.

Definições para efeitos das presentes conclusões:

As «zonas rurais» são comunidades administrativas locais situadas fora dos aglomerados urbanos, que se caracterizam, na sua maioria, por uma menor densidade populacional, uma imagem sociogeográfica e cultural específica, proximidade de recursos naturais e, por conseguinte, perspetivas económicas diferentes e, simultaneamente, comprovadas necessidades de melhoria de serviços especificamente destinados aos jovens e à população em geral.

Os indicadores de «qualidade de vida» abrangem uma vasta gama de temas/dimensões, incluindo as condições materiais de vida, o emprego, a educação, a saúde, as interações sociais, a segurança e proteção, a confiança, a discriminação e o ambiente.

A «verificação rural» constitui a revisão das políticas sob um ponto de vista rural, a fim de as tornar adequadas à sua finalidade na perspetiva das pessoas que vivem e trabalham em zonas rurais. No âmbito do Programa «Legislar Melhor», a Comissão Europeia criou um mecanismo de verificação rural a fim de avaliar o impacto das principais iniciativas legislativas da UE nas zonas rurais.

A «revitalização rural» é uma forma de efetuar uma transformação positiva nas zonas rurais tendo em conta as gerações presentes e futuras.

O conceito de «ruralidade» nem sempre é definido, mas, para efeitos do presente documento, ruralidade compreende dois níveis geográficos: zonas rurais (nível de classificação da unidade administrativa local (UAL)) e regiões predominantemente rurais (nível de classificação das regiões NUTS 3 da Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas). Tanto as zonas rurais como as regiões predominantemente rurais são definidas da mesma forma: a maioria da sua população vive em células de quadrículas rurais. A classificação das UAL define o grau de urbanização e a classificação das regiões de nível NUTS 3 diz respeito à tipologia regional urbana-rural.

As «zonas remotas» são comunidades administrativas locais e regionais, situadas na sua maioria fora dos aglomerados urbanos, caracterizadas por dificuldades de acesso físico, principalmente devido a uma clivagem geográfica/natural (que inclui, entre outras, ilhas e/ou montanhas), acompanhadas de uma oferta limitada ou uma menor frequência de transportes públicos e/ou de difícil conectividade digital. Estas zonas podem apresentar características idênticas às das chamadas «zonas rurais». As regiões ultraperiféricas da UE, definidas no artigo 349.º do TFUE, são também consideradas regiões remotas.

O termo «glocal» descreve a integração harmoniosa entre as dimensões local e mundial; a conectividade abrangente resultante de viagens, negócios e da comunicação, bem como a vontade e a capacidade de pensar a nível mundial e agir a nível local. «O conceito de «glocalização» capta o dialético dinâmico, contingente e bidirecional entre o mundial e o local» (Swyngedouw (2004)). Algumas das tendências mundiais mais prementes que afetam os jovens incluem as alterações climáticas, que afetam desproporcionadamente as comunidades rurais e os meios de subsistência agrícolas, e o aumento das tecnologias digitais, que tanto criam oportunidades como desafios em termos de literacia digital, acesso à educação e emprego. Além disso, as desigualdades económicas e o desemprego dos jovens são desafios mundiais que frequentemente exigem inovação a nível local no que respeita à criação de emprego, ao desenvolvimento de competências e ao empreendedorismo. Os problemas de saúde mental, exacerbados por crises mundiais e pressões sociais, requerem igualmente abordagens sensíveis à perspetiva local no que respeita ao apoio e ao reforço da resiliência. Além disso, o esforço em curso em prol da justiça social e da inclusividade exige soluções adaptadas para abordar questões relacionadas com a igualdade de género, as disparidades raciais e o acesso aos recursos, refletindo a dinâmica cultural e social única das diferentes regiões. Ao enfrentarem estes desafios mundiais mediante estratégias pertinentes a nível local, os jovens podem aproveitar o potencial da glocalização para construir um futuro sustentável e resiliente nas suas comunidades.

A «estagnação do desenvolvimento de talentos», conforme descrita na comunicação da Comissão intitulada «Aproveitar os talentos nas regiões da Europa», diz respeito a um desafio multidimensional que enfrentam algumas regiões da UE que se deparam com um declínio acentuado da sua população em idade ativa, uma percentagem baixa e em estagnação de pessoas com o ensino superior e uma mobilidade negativa da sua população na faixa etária dos 15 aos 39 anos. Esses fatores resultam em ineficiências nas economias locais, nos mercados de trabalho, nos sistemas de educação e formação e de ensino de adultos, bem como num fraco desempenho em matéria de inovação, governação, desenvolvimento empresarial e acesso aos serviços.

O conceito de «barreiras linguísticas verticais e horizontais» encerra a complexidade das barreiras linguísticas que muitos jovens das zonas rurais enfrentam. O segmento horizontal centra-se na falta de acesso adequado ao ensino de línguas estrangeiras, ao passo que o segmento vertical incide na dificuldade de compreender a língua complexa na qual estão disponíveis alguns recursos, bem como na falta de uma formulação adaptada aos jovens.

Referências

Conselho da União Europeia

- Resolução do Conselho da União Europeia e dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros reunidos no Conselho, relativa ao quadro para a cooperação europeia no domínio da juventude: Estratégia da União Europeia para a Juventude 2019-2027 (JO C 456 de 18.12.2018).
- Resolução do Conselho e dos representantes dos Estados-Membros reunidos no Conselho que estabelece orientações sobre a governação do Diálogo da UE com a Juventude – Estratégia da União Europeia para a Juventude 2019-2027 (JO C 189 de 5.6.2019).
- Conclusões do Conselho e dos representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho – Criar oportunidades para os jovens nas zonas rurais e remotas (JO C 193 de 9.6.2020).
- Conclusões sobre «Uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE» (15631/23).
- Conclusões do Conselho e dos representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho, sobre sociedades inclusivas para os jovens (JO C, C/2024/3808, 27.6.2024).
- Conclusões do Conselho sobre a saúde mental (doc. 15971/23).
- Recomendação do Conselho, de 30 de outubro de 2020, relativa a «Uma ponte para o emprego – Reforçar a Garantia para a Juventude» e que substitui a Recomendação do Conselho, de 22 de abril de 2013, relativa ao estabelecimento de uma Garantia para a Juventude (2020/C 372/01).

- Recomendação do Conselho, de 13 de maio de 2024, «A Europa em Movimento» – oportunidades de mobilidade para fins de aprendizagem para todos (JO C, C/2024/3364).
- Conclusões do Conselho e dos representantes dos Governos dos Estados-Membros sobre uma abordagem abrangente da saúde mental dos jovens na União Europeia (JO C, C/2023/1337, 30.11.2023).

Conselho Europeu

- Conselho Europeu – Agenda Estratégica da UE para 2019-2024, 20 de junho de 2019.
- Letta, Enrico: «Much more than a market – Speed, Security, Solidarity – Empowering the Single Market to deliver a sustainable future and prosperity for all EU Citizens» [Mais do que um mercado – Rapidez, segurança, solidariedade – Capacitar o mercado único para proporcionar um futuro sustentável e próspero para todos os cidadãos da UE], abril de 2024.

Comissão Europeia

- Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, intitulada «Uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE – Para zonas rurais mais fortes, interligadas, resilientes e prósperas, até 2040» (COM(2021) 345 final).
- Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, sobre Uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE – Para zonas rurais mais fortes, interligadas, resilientes e prósperas, até 2040 (COM(2021) 345 final). Documento de trabalho dos serviços da Comissão (partes 1 a 3).
- Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, intitulada «Dar prioridade às pessoas, garantir o crescimento sustentável e inclusivo, realizar o potencial das regiões ultraperiféricas da UE» (COM(2022) 198 final).

- Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, intitulada «Aproveitar os talentos nas regiões da Europa» (COM(2023) 32 final).
- Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, intitulada «União da Igualdade: Estratégia sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030» (COM(2021) 101 final).
- Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, intitulada «União da Igualdade: Estratégia para a igualdade de tratamento das pessoas LGBTIQ 2020-2025 (COM(2020) 698 final).
- Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, intitulada «Uma União da Igualdade: Estratégia para a Igualdade de Género 2020-2025 (COM(2020) 152 final).
- Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, intitulada «Uma União da Igualdade: plano de ação da UE contra o racismo 2020-2025 (COM(2020) 565 final).
- Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, intitulada «Uma União da Igualdade: Quadro estratégico da UE para a igualdade, a inclusão e a participação dos ciganos (COM(2020) 620 final).
- Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões relativa a uma abordagem abrangente à saúde mental (Comunicação relativa a uma abordagem abrangente à saúde mental) (COM(2023) 298 final).

- Comissão Europeia, Direção-Geral da Política Regional e Urbana, Nono relatório sobre a coesão económica, social e territorial (9.º Relatório sobre a Coesão), março de 2024.
- Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões relativa ao nono relatório sobre a coesão (COM(2024) 149 final).
- Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, intitulada «Alterações demográficas na Europa: instrumentos de ação (COM/2023/577 final).
- Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, intitulada «Plano de Ação para a Educação Digital 2021-2027 Reconfigurar a educação e a formação para a era digital» (COM(2020) 624 final).
- Commission staff working document executive summary of the evaluation of the impact of the Common Agricultural Policy on territorial development of rural areas [Documento de trabalho dos serviços da Comissão – Resumo da avaliação do impacto da política agrícola comum no desenvolvimento territorial das zonas rurais] {SWD(2021) 398 final}.
- Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Interreg Europe, Policy brief on: How to boost entrepreneurship in rural areas? [Documento de orientação: Como promover o empreendedorismo nas zonas rurais?], abril de 2020.
- Direção-Geral da Educação e da Cultura da Comissão Europeia, Programa Erasmus+: Estratégia para a Inclusão & Diversidade no domínio da Juventude (2014), dezembro de 2014.
- Perpiña Castillo, C., Jacobs-Crisioni, C., Barranco, R., Curtale, R., Kompil, M., Vallecillo, S., Auteri, D. e Dijkstra, L., Opportunities and challenges for remote rural areas in the European Union [Oportunidades e desafios para as zonas rurais remotas na União Europeia], Comissão Europeia, Ispra, 2023, JRC135398.
- Serviço das Publicações da União Europeia: Study on living conditions and access to selected basic needs – 2024 [Estudo sobre as condições de vida e o acesso a determinadas necessidades básicas – 2024]: ISBN 978-92-68-11899-3, doi: 10.2776/185784 KN-05-24-084-EN-N.

- Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho: «Síntese dos planos estratégicos da PAC para o período 2023-2027: esforço conjunto e ambição coletiva», Bruxelas, 23.11.2023 (COM(2023) 707 final).
- Serviço das Publicações da União Europeia: Eurostat Regional Yearbook – 2023 Edition [Anuário Regional do Eurostat – Edição de 2023].
- Estatísticas em linha do Eurostat: Urban-rural Europe – quality of life in rural areas 2022 [Europa urbana e rural – a qualidade de vida nas zonas rurais, 2022].
- Rede da PAC da UE: Supporting the health and well-being of Europe’s agricultural workforce [Apoiar a saúde e o bem-estar da mão de obra agrícola da Europa], Policy Insight (junho de 2023).
- Comissão Europeia, Direção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, «Taking stock of how CAP strategic plans contribute to the objectives of the long-term vision for the EU’s rural areas» [Balanço da forma como os planos estratégicos da PAC contribuem para os objetivos da visão a longo prazo para as zonas rurais da UE], Relatório final, Serviço das Publicações da União Europeia, 2023.
- Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, intitulada «Dar prioridade às pessoas, garantir o crescimento sustentável e inclusivo, realizar o potencial das regiões ultraperiféricas da UE» (COM(2022) 198 final).
- Comissão Europeia, Direção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural: Carta aberta sobre o lançamento do Pacto Rural, 17 de dezembro de 2021.

Parceria para a Juventude União Europeia- Conselho da Europa

- Parceria para a Juventude, Young people in rural areas: diverse, ignored and unfulfilled [Os jovens das zonas rurais: diversificados, ignorados e insatisfeitos], março de 2021.

Nações Unidas

- Nações Unidas: A/RES/70/1, «Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development» (Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável).
- FAO e FIDA. 2019. United Nations Decade of Family Farming 2019-2028. Global Action Plan [Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar 2019-2028. Plano de Ação Mundial] Roma.
- Rede de Informação sobre Segurança Alimentar (FSIN) e Rede Mundial contra as Crises Alimentares, 2024 Global report on food crisis [Relatório mundial de 2024 sobre a crise alimentar]. GRFC 2024, Roma.

OCDE

- OCDE, Recommendation of the Council on creating better opportunities for young people [Recomendação do Conselho sobre a criação de melhores oportunidades para os jovens], Reunião do Conselho a nível ministerial, 9-10 de junho de 2022, JT03497457.

Outros

- Moxon D., Bárta O. (2024). EUYD10 Results of the Consultation Phase: We Need Youth. [Resultados da fase de consulta: Precisamos da juventude] DOI: 10.5281/zenodo.10656746.